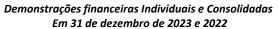




Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em

31 de dezembro de 2023 e 2022

e relatório do auditor independente





Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixas	11
Notas explicativas da administração às demonstrações finançeiras	14



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Serra do Seridó F2 Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Serra do Seridó F2 Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Serra do Seridó F2 Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serra do Seridó F2 Holding S.A. e da Serra do Seridó F2 Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 2024

Pur unt Marsiles pus
Pricewaterhouse Coopers

Auditores Independentes Ltda.

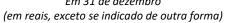
CRC 2SP000160/F-5

Consistence M. Purific Space By PATRICIO MARQUES ROCHE 99300640734
Space By PATRICIO MARQUES ROCHE 99300640734
Space Rose Technic Space Sp

Patricio Marques Roche Contador CRC 1RJ081115/O-4

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro





		Controladora		Consol	idado
	_	2023	2022	2023	2022
Ativos	Nota	_			
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	39	563.161	548.033	1.528.077
Títulos e valores mobiliários	5	827.303	=	46.346.853	1.877.077
Contas a receber	6	-	-	7.864.259	-
Contas a receber de partes relacionadas	22.1	5.004.715	-	-	-
Tributos a recuperar	7	-	-	1.701.503	11.654
Adiantamentos a fornecedores		112.899	112.647	1.627.659	112.647
Despesas antecipadas		-	-	3.977.956	-
Dividendos a receber	22.3	14.086	-	-	-
	-	5.959.042	675.808	62.066.263	3.529.455
Não circulante					
Empréstimos a partes relacionadas	22.4	108.723.716	_	_	_
Tributos a recuperar	7	1.595.695	7.307	1.595.695	7.307
Investimentos	8	605.372.461	472.384.195	-	-
Imobilizado	9	5.608	5.608	1.342.237.551	406.654.276
Intangíveis	10	7.236	7.236	7.236	81.496.952
Direito de uso	11.1	7.230	7.230	607.075	01.190.932
Outros ativos	11.1	1.000	_	3.400	_
Outros atrvos	-	715.705.716	472.404.346	1.344.450.957	488.158.535
		/13./03./10	4/2.404.340	1.344.430.937	400.130.333
Total dos ativos	=	721.664.758	473.080.154	1.406.517.220	491.687.990
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Contas a pagar	13	33.858	30.228	25.206.809	3.509.494
Tributos a recolher	12	4.012	895	1.861.134	116.987
Contas a pagar a partes relacionadas	22.2	400	400	14.899.125	5.891.366
Impostos a recolher	22.2	-	-	159.172	22.233
Passivo de arrendamento	11.2	_	_	88.348	
1 disting de differentiemente	11.2	38.270	31.523	42.214.588	9.540.080
Não circulante		20.270	01.020	12.21 1.000	7.6.10.000
Instrumentos financeiros derivativos	15	_	_	_	9.099.279
Empréstimos com partes relacionadas	22.5	116.204.714	_	758.177.694	7.077.277
Passivo de arrendamento	11.2	110.204.714		421.602	_
Impostos diferidos	11.2	-	-	281.562	-
impostos diferidos	-	116 204 714			9.099.279
D 4 1 A 1 1/2 1		116.204.714	-	758.880.858	9.099.279
Patrimônio líquido	161	(10.521.002	1 002	(10.521.002	1.002
Capital social	16.1	610.521.902	1.002	610.521.902	1.002
Adiantamento para futuro aumento de capital		(5.100.120)	473.520.900	(5.100.120)	473.520.900
Prejuízos acumulados	-	(5.100.128)	(473.271)	(5.100.128)	(473.271)
Total do patrimônio líquido		605.421.774	473.048.631	605.421.774	473.048.631
Total do passivo e patrimônio líquido	- -	721.664.758	473.080.154	1.406.517.220	491.687.990

Demonstração do resultado do exercício



dos exercícios encerrados em 31 de dezembro (em reais, exceto se indicado de outra forma)

		Contro	adora	Consol	Consolidado	
		2023	2022	2023	2022	
	Nota					
Receitas e custos operacionais						
Receita líquida de vendas	17	-	-	8.153.795	-	
Custos das vendas	18	_		(7.595.269)		
Lucro bruto		-	-	558.526	-	
Despesas gerais e administrativas	19	(108.982)	(46.178)	(1.933.312)	(362.255)	
Equivalência patrimonial	8	(3.281.148)	(344.954)	-	-	
Outras despesas operacionais		<u>-</u> _	<u>-</u>	(146.453)	(28.877)	
Prejuízo operacional		(3.390.130)	(391.132)	(1.521.239)	(391.132)	
Despesas financeiras	20	(1.726.991)	(14.137)	(3.366.283)	(14.137)	
Receitas financeiras	20	490.264	43.640	623.489	43.640	
Resultado financeiro		(1.236.727)	29.503	(2.742.794)	29.503	
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(4.626.857)	(361.629)	(4.264.033)	(361.629)	
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	-	-	(81.262)	-	
Imposto de renda e contribuição social diferido	21	-	-	(281.562)	-	
Prejuízo do exercício	:	(4.626.857)	(361.629)	(4.626.857)	(361.629)	



Demonstração do resultado abrangente dos exercícios encerrados em 31 de dezembro (em reais, exceto se indicado de outra forma)

	Control	ladora	Consolidado		
	2023	2022	2023	2022	
Prejuízo do exercício	(4.626.857)	(361.629)	(4.626.857)	(361.629)	
Outros resultados abrangentes					
Resultado abrangente do exercício	(4.626.857)	(361.629)	(4.626.857)	(361.629)	

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios encerrados em 31 de dezembro (em reais, exceto quando indicado de outra forma)



_	Capital social	Capital social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2022	1.002	(1.000)	20.900	(111.642)	(90.740)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	473.500.000	-	473.500.000
Aumento de capital	-	1.000			1.000
Prejuízo do exercício				(361.629)	(361.629)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.002		473.520.900	(473.271)	473.048.631
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	137.000.000	-	137.000.000
Aumento de capital	610.520.900	-	(610.520.900)	-	-
Prejuízo do exercício	<u>-</u> _			(4.626.857)	(4.626.857)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	610.521.902			(5.100.128)	605.421.774

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios encerrados em 31 de dezembro (em reais, exceto se indicado de outra forma)



		Controladora		Consol	lidado
	Nota	2023	2022	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(4.626.857)	(361.629)	(4.626.857)	(361.629)
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recurso do		,	,		,
caixa:					
Depreciação e amortização	18	-	-	2.354.424	-
Custo sobre empréstimos e juros	20	-	-	1.463.363	-
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	20	(490.264)	-	(623.489)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	21	-	-	281.562	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	-	-	81.262	-
Resultado de equivalência patrimonial	8	3.281.148	344.955		
		(1.835.973)	(16.674)	(1.069.735)	(361.629)
Variações dos ativos e passivos operacionais					
Contas a receber de clientes	6	-	-	(7.864.259)	-
Contas a receber de partes relacionadas	22.1	(5.004.715)	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores		(252)	(112.647)	(1.515.012)	(112.647)
Despesas antecipadas		-	-	(3.977.956)	-
Tributos a recuperar	7	(1.588.388)	(7.307)	(3.278.237)	(18.963)
Outros ativos		(1.000)	-	(3.400)	-
Tributos a recolher	12	3.117	763	1.744.147	116.680
Contas a pagar	13	3.630	(2.585)	37.818.366	3.386.555
Contas a pagar a partes relacionadas	22.2		400	9.007.759	5.736.633
		(6.587.608)	(121.376)	31.931.408	9.108.258
Caixa gerado pelas operações					
Imposto de renda e contribuição social pagos				(792.204)	(176.552)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades					
operacionais		(8.423.581)	(138.050)	30.069.469	8.570.077
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	22.4	(259.723.716)	-	-	-
Recebimentos de empréstimos de partes relacionadas -	22.4	151.000.000	_	_	_
principal		131.000.000			
Pagamentos na aquisição de imobilizado		-	(5.609)	(845.103.068)	(395.346.151)
Pagamentos na aquisição de intangível		-	=	-	(81.489.716)
Aporte de capital nas investidas	8	(136.283.500)	(472.805.800)	-	-
Aplicações (resgates) em títulos e valores mobiliários		(337.039)	-	(54.546.845)	(1.126.965)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(245.344.255)	(472.811.409)	(899.649.913)	(477.962.832)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			· ·	•	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
Empréstimos obtidos de partes relacionadas	22.5	266.704.714	-	1.060.122.725	-
Pagamento de empréstimos – partes relacionadas	22.5	(150.500.000)	-	(304.985.401)	-
Pagamento de juros sobre empréstimos – partes	22.5			(6.747.060)	
relacionadas	22.5	-	-	(6.747.969)	-
Capital a integralizar	16.1	-	1.000	-	1.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		137.000.000	473.500.000	137.000.000	473.500.000
Instrumentos financeiros derivativos	15	_	-	(16.530.509)	(2.593.788)
Pagamento de passivo de arrendamento	11.2	-	-	(258.446)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		253.204.714	473.501.000	868.600.400	470.907.212
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(563.122)	551.541	(980.044)	1.514.457
Variação do caixa e equivalentes de caixa					-
No início do exercício		563.161	11.620	1.528.077	13.620
No final do exercício		39	563.161	548.033	1.528.077
		(563.122)	551.541	(980.044)	1.514.457
		(535.122)	331.311	(>00.011)	1,011,107

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios encerrados em 31 de dezembro (em reais, exceto se indicado de outra forma)



Informações suplementares sobre transações que não envolvem caixa

	Nota	Nota Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Resultado financeiro capitalizado:					
Resultado com instrumentos derivativos	15	-	-	7.431.230	11.693.067
Provisão de juros - partes relacionadas		-	-	8.332.397	-
Juros sobre arrendamentos		-	-	118.811	-
Rendimentos de títulos e valores mobiliários		-	-	(4.741.586)	(750.113)
IOF		-	-	14.240.592	-
Outras despesas e receitas financeiras		-	-	1.201.552	-
Outras transações:					
Adição de direito de uso e passivo de arrendamento	11	-	-	642.164	-
Aquisição de imobilizado	13	-	-	22.044.068	2.664.435
Subscrição de capital		473.520.900	-	473.520.900	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



1 Contexto operacional

A Serra do Seridó F2 Holding S.A. ("Companhia"), constituída por sua única controladora, a EDF EN DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA, é uma Sociedade anônima de capital fechado, regularmente constituída, regida pelas normas da Lei das Companhias por Ações (Lei nº 6.404/1976), com sede e principal estabelecimento na Avenida Almirante Barroso, 00052, sala 1801 e 1802, Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20.031-918, constituída em 17 de agosto de 2021. Seu acionista controlador final é a EDF Renouvelables S.A., sociedade devidamente constituída de acordo com as leis da República Francesa, com sede em Coeur Défense, Tour B, 100, Esplanade du Général de Gaulle, 92932 Paris, la Défense Cedex.

A Companhia tem os propósitos definidos em seu objeto social de participação em outras companhias como acionista e/ou cotista e a produção de energia elétrica de origem e natureza renovável.

Importante citar ainda que os investidores da Companhia garantem a injeção de capital para manutenção de suas atividades e liquidação de suas obrigações.

O projeto está atualmente em fase de construção e possui uma previsão de entrada em operação comercial total em julho de 2024.

A Administração reforça o seu comprometimento em honrar com todos os compromissos assumidos com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nos contratos de venda de energia já firmados.

1.1 Da autorização para operação

O projeto Seridó fase 2 compõe a segunda fase de projetos eólicos a serem desenvolvidos na região, denominada Fase 2, está localizada no município de Junco do Seridó – PB e a autorização para exploração foi adquirida através de Outorga, realizado pela ANEEL.

O projeto está constituído pela Holding e seis companhias: Parque Eólico Serra do Seridó X S.A. ("Seridó X"), Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A. ("Seridó XI"), Parque Eólico Serra do Seridó XII S.A. ("Seridó XII"), Parque Eólico Serra do Seridó XIV S.A. ("Seridó XIV"), Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A. ("Seridó XVII S.A. ("Seridó XVII"), que representam os parques eólicos do complexo. Abaixo detalhamento dos projetos:

Outorga / Leilão	Data da publicação da portaria MME	Prazo de autorização	Quantidade de aerogeradores	Capacidade Instalada (MW)	Energia vendida (MW médio)
REA 13.543	31/01/2023	35 anos	6	34,8	9,3033
DEA 14 074	21/03/2023	25 anos	Q	16.1	23,4622
KLA 14.0/4	21/03/2023	<i>33</i> anos	0	40,4	23,4022
REA 14.075	21/03/2023	35 anos	7	40,6	9,8107
				ŕ	,
REA 14.076	21/03/2023	35 anos	6	34,8	21,1592
REA 13.544	31/01/2023	35 anos	8	46,4	11,9613
REA 13.545	31/01/2023	35 anos	6	34,8	9,3033
	Leilão REA 13.543 REA 14.074 REA 14.075 REA 14.076 REA 13.544	Outorga / Leilão publicação da portaria MME REA 13.543 31/01/2023 REA 14.074 21/03/2023 REA 14.075 21/03/2023 REA 14.076 21/03/2023 REA 13.544 31/01/2023	Outorga / Leilão publicação da portaria MME Prazo de autorização REA 13.543 31/01/2023 35 anos REA 14.074 21/03/2023 35 anos REA 14.075 21/03/2023 35 anos REA 14.076 21/03/2023 35 anos REA 13.544 31/01/2023 35 anos	Outorga / Leilão publicação da portaria MME Prazo de autorização Quantidade de aerogeradores REA 13.543 31/01/2023 35 anos 6 REA 14.074 21/03/2023 35 anos 8 REA 14.075 21/03/2023 35 anos 7 REA 14.076 21/03/2023 35 anos 6 REA 13.544 31/01/2023 35 anos 8	Outorga / Leilão publicação da portaria MME Prazo de autorização Quantidade de aerogeradores Capacidade Instalada (MW) REA 13.543 31/01/2023 35 anos 6 34,8 REA 14.074 21/03/2023 35 anos 8 46,4 REA 14.075 21/03/2023 35 anos 7 40,6 REA 14.076 21/03/2023 35 anos 6 34,8 REA 13.544 31/01/2023 35 anos 8 46,4

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



A apuração de energia produzida será mensal, sendo que, desvios negativos deverão ser restituídos pelas Companhias. Desvios positivos serão pagos de acordo com tarifa préestabelecida em contrato.

As seis empresas do complexo Seridó 2 obtiveram, por meio da ANEEL, outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir de sua publicação no D.O., para construção, operação e manutenção das instalações das usinas eólicas.

Características técnicas do projeto: a expansão também prevê a instalação de subestação de 34,5 kV/500 kV, implantação de 43 km de Rede de Média Tensão (RMT).

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 3 de maio de 2024.

2.2 Continuidade operacional

A Companhia auferiu prejuízo no montante de R\$ 4.626.857 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (prejuízo de R\$ 361.629 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022), e, nessa data, o ativo circulante consolidado excede o passivo circulante consolidado em R\$ 19.851.675 (o passivo circulante consolidado excede o ativo circulante consolidado em R\$ 6.010.625 em 31 de dezembro de 2022).

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que os prejuízos são esperados uma vez que alguns dos parques estão ainda em fase pré-operacional e entende que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26 (R1) — Apresentação das demonstrações contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 23.

2.4 Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, adiantamento de clientes, transações com partes relacionadas, empréstimos, financiamentos, pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



seus valores justos.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 23.

2.5 Base de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) — Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

(a) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos em suas controladas são contabilizados através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem:

Empresas constituídas	Participação
Parque Eólico Serra do Seridó X S/A	100%
Parque Eólico Serra do Seridó XI S/A	100%
Parque Eólico Serra do Seridó XII S/A	100%
Parque Eólico Serra do Seridó XIV S/A	100%
Parque Eólico Serra do Seridó XVI S/A	100%
Parque Eólico Serra do Seridó XVII S/A	100%
	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



(b) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações com controladas e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre as companhias são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.6 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e apresentação da Companhia.

2.7 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, estão contempladas a seguir:

Estimativa	Nota Explicativa
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(a)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(b)
Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos	(c)
Valor justo dos instrumentos financeiros	3.1
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	3.6
Capitalização de custos no ativo imobilizado	3.6
Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração e de vida útil indefinida	3.8
Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos	3.14

(a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em consonância com o CPC 25, uma provisão só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e,

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável (Nota 21).

O imposto de renda e contribuição social diferido passivo são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para que estes créditos fiscais possam ser realizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é
 gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma
 combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou
 prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

- O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.
- Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.
- Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.
- Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.
- Tributos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se sujeitos à mesma autoridade tributária.

(c) Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o rating de crédito da subsidiária).

2.8 Classificação entre circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; e
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.

•

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes pela Companhia e suas controladas. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os passivos fiscais diferidos são classificados no passivo não circulante.

3 Resumo das políticas contábeis materiais e práticas contábeis

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício corrente e comparativo apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

(a) Ativos financeiros

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, o Grupo classifica os ativos financeiros nas categorias abaixo:

- Ativos financeiros ao custo amortizado; e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

i. Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável (vide nota 3.8). Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e com partes relacionadas, e caixas e equivalentes de caixa.

ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

iii. Desreconhecimento

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos com terceiros.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

i. Hedge

Um objeto de hedge pode ser um ativo ou passivo reconhecido, um compromisso firme não reconhecido, uma transação prevista e altamente provável ou um investimento líquido em operação no exterior. A contabilidade de hedge reconhece os efeitos de compensação no resultado das alterações nos valores justos do instrumento de hedge e do item protegido.

ii. Hedges de fluxo de caixa

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco da taxa de câmbio, utilizando a contabilização de hedge (hedge accounting). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas especificas no patrimônio líquido.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, todos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.3 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, referem-se a investimentos financeiros que não são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, ainda que possuam opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a fundos de investimento e aplicações pós-fixadas e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.4 Contas a receber

Referem-se a valores a receber referente à venda de energia realizada. Os montantes estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização bem como consideram o provisionamento das receitas excedentes à contratada em leilão. A provisão para perdas de créditos esperadas é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável), conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Administração avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e concluiu que não há histórico de perdas e nem perdas esperadas com as contas a receber da Companhia e, portanto, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas, conforme CPC 48.

3.5 Investimento em controladas

O investimento em controladas (Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A, Parque Eólico Ventos da

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



Bahia III S.A, Parque Eólico Ventos da Bahia IX S.A e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII S.A) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial das informações financeiras individuais.

As mudanças na participação relativa da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários), e não resultado ou no resultado abrangente. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas suas participações relativa nas controladas.

3.6 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A Depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com a política interna global do grupo, que na avaliação da Administração melhor representa a vida útil dos bens. A Administração avalia ainda, os prazos de autorização dos parques em face das taxas contidas na política, aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que os prazos de concessão dos parques eólicos não sejam inferiores à vida útil remanescente dos equipamentos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa o período de autorização dos parques. Para os ativos atrelados aos parques eólicos, a vida útil estimada é de 25 anos.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado.

A Companhia se encontra em período de construção, e a depreciação de seus imobilizados está atrelada a entrada em operação comercial de suas controladas. Neste período de construção, os custos inerentes ao processo de construção dos projetos são capitalizados em seu imobilizado quando for provável que eles irão resultar em beneficios econômicos futuros e quando tais custos possam ser mensurados com confiança. Os custos que não são elegíveis para capitalização foram reconhecidos como despesa no exercício, conforme incorridos.

3.7 Ativo intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A amortização é reconhecida no resultado. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(a) Gastos com projetos eólicos

Os gastos com desenvolvimentos de projetos eólicos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

Os gastos com projetos eólicos compreendem as licenças ambientais, de instalações, outorgas, contratos de fundiários dentre outras autorizações e gastos pertinentes aos projetos eólicos. Tais

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



gastos são transferidos para o imobilizado quando a entrada em operação do parque e início de amortização.

(b) Software

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

3.8 Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)

(a) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A abordagem utilizada pela Companhia para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

A PECLD refere-se a uma estimativa contábil do reconhecimento das perdas de crédito esperadas. A companhia não reconhece a PECLD, visto que os contratos de receitas firmados possuem garantias que suportam a liquidação da receita.

A Companhia possui contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais, não estando exposta assim a elevados riscos de crédito. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não identificou perdas relacionadas a ativos financeiros.

(b) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A Companhia não identificou indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2023.

3.9 Empréstimos e financiamentos

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

A Companhia optou por apresentar os juros de empréstimos como atividade de financiamentos nos seus fluxos de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2).

3.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

(a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.12 Resultados financeiros

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras . A receita de juros é reconhecida no resultado a partir do momento que as SPEs entram em operação comercial.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, resultado com instrumentos financeiros derivativos, variações cambiais, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos a partir do momento que as SPEs entram em operação comercial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



Durante o período de construção dos parques, o resultado financeiro elegível à capitalização é capitalizado e integrado ao imobilizado do projeto.

3.13 Receita de contrato com cliente

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

A Companhia e suas controladas reconhecem as receitas de contratos com clientes de acordo com que estabelece o CPC 47— Receita de contrato com cliente. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

(a) Receita de geração de energia

A receita da Companhia e de suas controladas decorre da geração de energia elétrica produzida por seus ativos e negociada por meio de contratos com seus clientes. Alguns contratos estabelecem que sejam apuradas, a cada ano e quadriênio contratual, as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada, havendo então a possibilidade de ressarcimentos decorrentes de não atingimento da geração de volumes mínimos de energia, que, uma vez materializado, pode provocar, em determinados períodos do fornecimento, ajustes nos valores das receitas a serem reconhecidas, sendo a Companhia obrigada a restituir valores aos seus clientes em um determinado período de tempo, ou comprar energia a preços de mercado para honrar os termos acordados contratualmente. Também, pode haver desvios positivos entre a energia gerada e a energia contratada, ocasionando receita extra, registrada como redução da provisão de ressarcimento ou contas a receber.

Os Contratos de Energia Nova e/ou Reserva celebrados entre as controladas da Companhia e as distribuidoras ou CCEE estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem faixas para os desvios negativos e positivos, com aplicação de ressarcimento ou receita extra.

Transações de compra e venda de energia elétrica (curto prazo)

Os registros das transações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Companhia.

3.14 Tributos

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia está sujeita ao regime do lucro real, enquanto as empresas operacionais (controladas) estão sujeitas ao lucro presumido (regime de caixa) de apuração dos tributos sobre o resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



(a) Lucro presumido

As controladas que são classificadas no lucro presumido têm a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a receita bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

(b) Lucro real

A Companhia tem o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(c) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

(d) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada exercício de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

3.15 Arrendamento

A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um passivo de arrendamento ("arrendamento"). Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

(a) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

(b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

(c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo em seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.16 Questões climáticas

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras.

Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são:

- Vida útil de propriedade, planta e equipamento: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas e mudanças na demanda. Mesmo que a Companhia tenha concluído que nenhuma premissa relacionada às mudanças climáticas seja uma premissa-chave para o teste de impairment de 2023, a Companhia considerou expectativas de aumento nos custos

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



de emissões, aumento na demanda por energia vendida pela unidade geradora de caixa e aumento de custos devido a requisitos mais rígidos de reciclagem nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os valores em uso.

3.17 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

(a) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e aplicáveis

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o International Accounting Standards Board (IASB) e, consequentemente, o Comite de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões das normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

Norma ou interpretação	Descrição da alteração	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações CPC 32 (IAS 12)	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	01/01/2023
Alterações CPC 23 (IAS 8)	Definição de estimativa contábil	01/01/2023
Alterações CPC 26 (IAS 1)	Divulgação de políticas contábeis materiais	01/01/2023
Alterações CPC 50 (IFRS 17)	Substituição ao IFRS 4 Contratos de Seguro	01/01/2023

i. IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11).

ii. Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças

em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

iii. Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



iv. Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

v. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre *Base Erosion and profit shifting - BEPS*. A Companhia não identificou impactos materiais nas suas demonstrações financeiras quanto às aplicações das alterações normativas detalhadas acima.

(b) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não aplicou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não tem sua adoção mandatória:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1)	Efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade Especificação os requisitos de	01/01/2024
Alterações CPC 26 (R1)	classificação de passivos como circulante ou não circulante e exigência de divulgação do direito da entidade de adiar a liquidação de um contrato de empréstimo de longo prazo que possui covenants futuros dentro de 12 meses atrelados a esse direito.	01/01/2024
Alterações CPC 06 (R2)	Especificação dos requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta.	01/01/2024
IFRS 18	Substituição ao IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras e orientação quanto às divulgações da demonstração de resultado do exercício e indicadores de desempenho econômico. Ainda não há uma equivalência à norma em BRGAAP.	01/01/2027

Não é esperado pela Administração, em sua análise preliminar, que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controls	<u>Controladora</u>		dado
	2023	2022	2023	2022
Bancos	39	563.161	548.033	1.528.077
Total	39	563.161	548.033	1.528.077

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 23.

5 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado		
	2023	2022	2023	2022	
Títulos e valores mobiliários	827.303	-	46.346.853	1.877.077	
	827.303	-	46.346.853	1.877.077	

Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantias, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2023 de 100% sobre o DI CETIP ("CDI") rentabilidade do FIC Soberano DI Santander.

As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

6 Contas a receber de clientes

Consolidado		
2023	2022	
3.764.915	-	
2.480.751	-	
1.618.593	-	
7.864.259	-	
	2023 3.764.915 2.480.751 1.618.593	

- (i) A Companhia constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica referente a receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e medida através de relatório de medição mensal. O saldo do compromisso mensal tem um giro médio de 30 dias, contudo o excedente ao compromisso, conforme as regras do contrato, poderá ser recebido anualmente em 12 parcelas, 24 parcelas ou são compensados através do mecanismo de cessão de energia, ao fim do quadriênio ou compensado com eventuais déficits em relação ao compromisso dos anos contratuais seguintes.
- (ii) Valor proveniente majoritariamente de multas a receber com o fornecedor.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. O montante a receber de energia de curto prazo é

administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas.

Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Companhia. Portanto, não se faz necessária a constituição de provisão para perda de crédito esperada.

7 Tributos a recuperar

	Controladora	Consolidado		
	2023	2022	2023	2022
Circulante				
IRPJ	-	-	144.877	-
PIS	-	-	197.104	-
COFINS	-	-	936.655	-
IRRF	-	-	384.612	11.654
Outros	-	-	38.255	-
	-	-	1.701.503	11.654
Não Circulante				
PIS	472	-	472	-
COFINS	2.903	-	2.903	-
IRRF	103.527	7.307	103.527	7.307
IOF (i)	1.488.793	-	1.488.793	-
	1.595.695	7.307	1.595.695	7.307
Total	1.595.695	7.307	3.297.198	18.961

⁽i) IOF pago a maior, que será utilizado para compensação e/ou ressarcimento.

Os créditos fiscais acima, em sua maioria, referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os rendimentos de aplicação financeira não utilizados, no qual foi constituído saldo negativo da Companhia e estão acrescidos da taxa de juros SELIC, podendo ser utilizados para pagamento de qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

8 Investimentos

A Companhia possui o controle integral de todas as suas controladas (ver Nota 2.5 (a)).

2023							
	Seridó X	Seridó XI	Seridó XII	Seridó XIV	Seridó XVI	Seridó XVII	Total
Saldo em							
31/12/2022	66.276.364	108.778.194	76.572.981	65.665.858	89.195.537	65.895.261	472.384.195
Equivalência							
patrimonial	(221.946)	(1.155.108)	138.234	(1.579.552)	(247.751)	(215.025)	(3.281.148)
Aporte de capital	19.164.264	32.115.694	22.340.172	19.939.490	23.461.572	19.262.308	136.283.500
Dividendos							
mínimos	-	-	(14.086)	-	-	-	(14.086)
obrigatórios			` ,				` ,
Saldo em							
31/12/2023	85.218.682	139.738.780	99.037.301	84.025.796	112.409.358	84.942.544	605.372.461

Patrimônio líquido

Resultado

Serra do Seridó F2 Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



2022

	- v						
	Seridó X	Seridó XI	Seridó XII	Seridó XIV	Seridó XVI	Seridó XVII	Total
Saldo em 31/12/2021	(10.156)	(16.017)	(16.009)	(10.156)	(10.156)	(10.156)	(72.650)
Equivalência patrimonial	(43.480)	(76.689)	(61.910)	(73.986)	(44.307)	(44.583)	(344.955)
Aporte de capital	66.330.000	108.870.900	76.650.900	65.750.000	89.250.000	65.950.000	472.801.800
Saldo em 31/12/2022	66.276.364	108.778.194	76.572.981	65.665.858	89.195.537	65.895.261	472.384.195

Abaixo, apresentamos as principais informações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Em 31 de dezembro de 2023						
	Seridó X	Seridó XI	Seridó XII	Seridó XIV	Seridó XVI	Seridó XVII	
Ativos circulantes	3.901.966	14.725.148	16.201.072	15.488.134	7.304.649	3.505.053	
Ativos não circulantes	184.602.353	313.137.529	223.285.232	191.316.599	245.514.223	184.985.482	
Passivos circulantes	3.313.307	11.490.660	13.257.562	12.081.581	3.701.959	3.350.050	
Passivos não circulantes	99.972.329	176.633.237	127.191.441	110.697.357	136.707.555	100.197.941	
Patrimônio líquido	85.440.629	140.893.888	98.899.067	85.605.347	112.657.109	85.157.569	
Resultado	(221.946)	(1.155.108)	138.234	(1.579.552)	(247.751)	(215.025)	
			Em 31 de deze	embro de 2022			
	Seridó X	Seridó XI	Seridó XII	Seridó XIV	Seridó XVI	Seridó XVII	
Ativos circulantes	439.282	422.193	285.039	93.069	1.512.323	101.744	
Ativos não circulantes	68.502.609	112.412.352	79.394.716	68.451.473	90.867.753	68.509.482	
Passivos circulantes	1.333.282	2.728.493	1.330.449	1.324.402	1.408.214	1.383.721	
Passivos não circulantes	1.332.244	1.327.858	1.776.325	1.554.284	1.776.325	1.332.244	

76.634.891

(61.910)

65.739.842

(73.986)

89.239.844

(44.307)

108.854.882

(76.688)

66.319.844

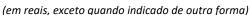
(43.479)

65.939.843

(44.582)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2023





9 Imobilizado

2023

	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adição	Transferência	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Adiantamento para aquisição de ativos		377.010.186	-	(377.010.186)	-	-
Instalações em construção		18.319.682	911.352.446	(929.666.520)	-	5.608
Aerogeradores eólicos	4% a.a.	-	-	1.344.584.110	(2.352.167)	1.342.231.943
Capitalização do resultado financeiro (i)		11.324.408	26.582.996	(37.907.404)	<u>-</u>	<u> </u>
Total		406.654.276	937.935.442	-	(2.352.167)	1.342.237.551
Custo		406.654.276				1.344.589.718
Depreciação		-				(2.352.167)
Imobilizado líquido		406.654.276				1.342.237.551
			202	22	•	
	Taxa d deprecia	-	aldo em /12/2021	Adição	Saldo em 31/12/202	
Adiantamento para aquisição de ativos			-	377.010.186	377.0	10.186
Instalações em construção			166.385	18.153.297		19.682
Capitalização do resultado financeiro				11.324.408		24.408
Total			<u>-</u>	406.487.891	406.6	<u>54.276</u>
Custo					406.6	54.276
Imobilizado líquido					406.6	54.276

⁽i) Referem-se aos custos capitalizados, com base na evidência de benefício econômico futuro, durante a fase de desenvolvimento e construção dos parques eólicos e que são necessários para colocar o ativo no local e em condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração. Foram capitalizados despesas e receitas financeiras, tais como despesas bancárias, IOF, juros e rendimentos sobre o montante captado para construção dos ativos.

A Companhia efetuou uma avaliação de indicativos de *impairment* para os seus ativos conforme os indicadores previstos no CPC 01 (R1) e não identificou indícios de desvalorização para os seus ativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2023 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



10 Intangível

angivei	-	2023	
	Saldo em 31/12/2022	Baixa	Saldo em 31/12/2023
Gastos com projetos eólicos (i)	81.489.716	(81.489.716)	-
Serido XI (ii)	3.578	· -	3.578
Serido XII (ii)	3.658	-	3.658
Total	81.496.952	(81.489.716)	7.236
Custo	81.496.952		7.236
Intangível líquido	81.496.952		7.236
		2022	
	Saldo em 31/12/2021	Adição	Saldo em 31/12/2022
Gastos com projetos eólicos (i)	_	81.489.716	81.489.716
Serido XI (ii)	3.578	-	3.578
Serido XII (ii)	3.658	-	3.658
Total	7.236	81.489.716	81.496.952
Custo	7.236		81.496.952
Intangível líquido	7.236	-	81.496.952

- (i) Os gastos com projetos eólicos compreendem licenças ambientais, de instalações, outorgas, contratos de fundiários, dentre outras autorizações e outros gastos pertinentes aos projetos eólicos. Esses gastos foram incorporados ao ativo imobilizado ao longo de 2023.
- (ii) As empresas EOL Seridó XI e XII tinham em sua composição acionária até 2021 a EDF EN do Brasil Participações Ltda., em novembro de 2021 ocorreu uma reestruturação acionária, na qual a EDF transferiu integralmente suas cotas para a Serra do Seridó F2 Holding S.A.

11 Direito de uso e passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes (sem considerar reajustes inflacionários futuros), descontados à taxa incremental nominal de 15,56% a.a. obtida com base nos seus respectivos empréstimos. Os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente, e, quando aplicável, ajustados pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não reconheceu despesas com arrendamentos de curto prazo ou de baixo valor, ou despesas com pagamentos variáveis não incluídos na mensuração de passivo de arrendamento.

Os ativos de direito de uso, referem-se a contratos firmados com proprietários de terrenos, por onde passam as instalações dos parques eólicos, e tem duração mínima de 360 meses.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui 9 (nove) contratos de arrendamento reconhecidos em seu balanço patrimonial, a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2023 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



11.1 Direito de uso

	Consolidado 2023					
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2023		
Arrendamento de imóveis	<u> </u>	642.164 642.164	(35.089) (35.089)	607.075 607.075		

11.2 Passivo de arrendamento

			Consolidado		
			2023		
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Juros	Pagamentos	Saldo em 31/12/2023
Arrendamento de imóveis	-	642.164	126.232	(258.446)	509.950
inio veis		642.164	126.232	(258.446)	509.950
Circulante	-				88.348
Não circulante	-				421.602

12 Tributos a recolher

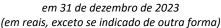
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
PIS	328	88	252.447	88
COFINS	1.997	543	1.165.530	543
Tributos retidos na fonte	1.687	264	443.157	116.356
	4.012	895	1.861.134	116.987

Os impostos e contribuições acima demonstrados foram liquidados no ano subsequente a cada exercício demonstrado acima.

13 Contas a pagar

	Controladora		Consoli	dado
	2023	2022	2023	2022
Serviços prestados (i)	33.858	30.228	3.134.723	747.896
Aquisição de imobilizado (ii)	-	-	22.044.068	2.664.435
Custo com energia elétrica	-	-	28.018	-
Outras aquisições			<u> </u>	97.163
	33.858	30.228	25.206.809	3.509.494

Notas explicativas às demonstrações financeiras





- (i) Refere-se a serviços prestados para construção do parque eólico das investidas.
- (ii) Refere-se a aquisição de equipamentos para construção do parque eólico das investidas.

14 Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Companhia possui processos avaliados como perda possível, e, portanto, não estão registrados contabilmente, nos seguintes montantes:

	Controlad	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022	
Tributários	-	-	175.166	-	
		<u> </u>	175.166	-	

14.1 Tributários

O processo refere-se a uma cobrança de multa equivalente a 100% do valor do ISS recolhido em atraso, a Companhia entrou com impugnação baseado no entendimento da desprorpocionalidade da multa aplicada.

15 Instrumentos financeiros derivativos

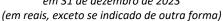
Em 29 de abril de 2022 foi assinado o contrato para operações de derivativos entre o Banco BNP Brasil S.A. e as SPEs do complexo de Seridó Fase 2 (Hedge "NDF").

O objetivo desta captação é a proteção parcial de contrato com fornecedores, indexados à moeda estrangeira "EURO", valor nocional EUR 59.676.265, dos quais foram liquidados integralmente em 2023. Abaixo, apresentamos a movimentação desta operação:

	Saldo inicial em			Saldo final em
Empresa	01/01/2023	Perda	Liquidação	31/12/2023
PARQUE EOLICO SERRA DO SERIDO X S.A.	(1.332.244)	(1.088.021)	2.420.265	-
PARQUE EOLICO SERRA DO SERIDO XI S.A.	(1.327.857)	(1.084.440)	2.412.297	-
PARQUE EOLICO SERRA DO SERIDO XII S.A.	(1.776.325)	(1.450.695)	3.227.020	-
PARQUE EOLICO SERRA DO SERIDO XIV S.A.	(1.554.285)	(1.269.357)	2.823.642	-
PARQUE EOLICO SERRA DO SERIDO XVI S.A.	(1.776.325)	(1.450.695)	3.227.020	-
PARQUE EOLICO SERRA DO SERIDO XVII S.A.	(1.332.243)	(1.088.022)	2.420.265	-
Saldo atualizado em 31/12/2023			_	-

	Saldo inicial em			Saldo final em
Empresa	01/01/2022	Perda	Liquidação	31/12/2022
PARQUE EOLICO SERRA DO SERIDO X S.A.	-	(1.712.006)	379.762	(1.332.244)
PARQUE EOLICO SERRA DO SERIDO XI S.A.	-	(1.706.369)	378.512	(1.327.857)
PARQUE EOLICO SERRA DO SERIDO XII S.A.	-	(2.282.674)	506.349	(1.776.325)
PARQUE EOLICO SERRA DO SERIDO XIV S.A.	-	(1.997.340)	443.055	(1.554.285)
PARQUE EOLICO SERRA DO SERIDO XVI S.A.	-	(2.282.674)	506.349	(1.776.325)
PARQUE EOLICO SERRA DO SERIDO XVII S.A.	-	(1.712.005)	379.762	(1.332.243)
Saldo atualizado em 31/12/2022			-	(9.099.279)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023





A Companhia se encontra em período de construção e os custos financeiros relacionados à contratação de Hedge, estão sendo capitalizados até a data da entrada em operação dos projetos, não figurando efeito em seu resultado.

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 610.521.902 (R\$ 1.002 em 2022), totalmente subscrito em moeda corrente nacional, representado por 610.521.902 (1.002 em 2022) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	%		
	Participação	2023	2022
Acionistas			_
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	100%	610.521.902	1.002
	_	610.521.902	1.002

17 Receitas de vendas

	Consolidado		
	2023	2022	
Receita bruta de vendas de energia	8.462.683	-	
Receita bruta	8.462.683		
(-) Deduções da receita bruta			
PIS	(55.007)	-	
COFINS	(253.881)	-	
Total das deduções da receita bruta	(308.888)	-	
Receita líquida	8.153.795	_	

No último trimestre de 2023 as SPEs Serra do Seridó XI e Serra do Seridó XIV entraram em operação comercial, passando a gerar receita no exercício, bem como a SPE Serra do Seridó XII entrou em fase de teste.

18 Custos

	Consolidado		
	2023	2022	
Custos operacionais	_		
Custo com mercado de curto prazo - MCP	(70.601)	-	
	(70.601)	-	
Impostos e taxas			
TUSD	(3.017.306)	-	
Taxa de regulamentação	(120.783)	-	

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2023 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



	(3.138.089)	
Company of London	(3.136.067)	_
Serviços prestados	(40.202)	
Serviços de consultoria	(40.393)	-
Manutenção das instalações	(863.855)	-
Outros serviços	(2.110)	
	(906.358)	
Rateio de despesas		
Salários	(913.318)	-
Previdência social	(212.479)	-
	(1.125.797)	-
Depreciação		
Custo com depreciação	(2.352.167)	-
Custos com amortização do direito de uso	(2.257)	
	(2.354.424)	-
Total dos custos de vendas	(7.595.269)	

19 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
_	2023	2022	2023	2022
Despesas administrativas				
Despesas legais	-	-	(225.015)	(25.888)
Outras despesas administrativas	(1.588)	-	(99.695)	-
<u>-</u>	(1.588)	_	(324.710)	(25.888)
Impostos e taxas				
Multas	-	-	(403.453)	-
Impostos e taxas diversas	-	-	(6.572)	-
ICMS	-	-	-	(45.899)
-		_	(410.025)	(45.899)
Despesas com serviços prestados				
Honorários de contadores	(47.797)	(43.520)	(464.016)	(227.646)
Serviços de consultoria	· -	-	(81.980)	-
Honorários de auditores	(51.709)	_	(117.064)	-
Honorários de advogados	· -	-	(169.253)	-
Outros serviços	(7.888)	(2.658)	(7.888)	(62.822)
_	(107.394)	(46.178)	(840.201)	(290.468)
Rateio de despesas				
Salários	-	-	(155.808)	-
Serviços prestados pelo exterior	-	_	(119.865)	-
Outros custos	-	-	(82.703)	-
_	-	-	(358.376)	-
Total das despesas gerais e administrativas	(108.982)	(46.178)	(1.933.312)	(362.255)

20 Resultado financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2023 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



	Controlad	ora	Consolida	ado
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras		_		
Rendimento de títulos e valores mobiliários	490.264	43.640	623.489	43.640
	490.264	43.640	623.489	43.640
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos	-	-	(1.455.942)	-
Despesas com IOF	(58.579)	(10.022)	(233.821)	(10.022)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(7.421)	-
Juros sobre outras operações (ii)	(1.643.500)	-	(1.643.500)	-
Tributos sobre receitas financeiras (i)	(22.798)	(2.030)	(22.798)	(2.030)
Outras despesas financeiras	(2.114)	(2.085)	(2.801)	(2.085)
	(1.726.991)	(14.137)	(3.366.283)	(14.137)
Resultado financeiro	(1.236.727)	29.503	(2.742.794)	29.503

⁽i) Pis e Cofins sobre receita financeira classificado na demonstração financeira de 2022 como impostos e taxas, reclassificados em 2023 para resultado financeiro para melhor apresentação e comparabilidade.

21 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o resultado pelo lucro real e as suas controladas apuram IRPJ e CSLL pelo lucro presumido. Nos exercícios de 2023 e 2022, a controladora não apurou lucro tributável para fins de apuração de IRPJ e CSLL, não havendo valores devidos.

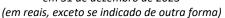
Em 2023, as despesas de imposto de renda e contribuição social das companhias controladas sobre as receitas financeiras foram computadas no ativo imobilizado, como parte do custo de construção do parque eólico.

_	Controladora		Consolidado	
-	2023	2022	2023	2022
Prejuízo antes do imposto	(4.626.857)	(361.629)	(4.264.033)	(361.629)
Imposto calculado com base em alíquota legal (34%)	(1.449.772)	(122.954)	(1.449.771)	(122.954)
Resultados de controladas por equivalência	1.115.589	117.284	-	-
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecidos no exercício	334.183	5.670	334.183	5.670
Efeitos de controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	1.478.412	117.284
Encargo fiscal	-		362.824	-
Despesa com IR e CS correntes	-	-	(81.262) (281.562)	22.233
Despesa com IR e CS diferidos Despesa com IR e CS capitalizados	<u> </u>	- 	(281.302)	(22.233)
=	<u> </u>		(362.824)	
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,0%	0,0%	8,5%	0,0%

⁽ii) Juros e multas incorridos em pagamentos realizados em atraso

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2023





	Consolidado		
	2023	2022	
Imposto por natureza		_	
IRPJ e CSLL sobre faturamento (regime de caixa)	36.733	-	
IRPJ e CSLL sobre receitas financeiras	44.529	(22.233)	
	81.262	(22.233)	

22 Transações com partes relacionadas

22.1 Contas a receber

	Controladora		
	2023	2022	
Parque Eólico Serra do Seridó X S/A	628.412	-	
Parque Eólico Serra do Seridó XI S/A	1.119.359	-	
Parque Eólico Serra do Seridó XII S/A	930.836	-	
Parque Eólico Serra do Seridó XIV S/A	824.791	-	
Parque Eólico Serra do Seridó XVI S/A	869.958	-	
Parque Eólico Serra do Seridó XVII S/A	631.359		
	5.004.715		

Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
EDF EN do Brasil Participações Ltda. (i)	400	400	14.899.125	5.891.366
	400	400	14.899.125	5.891.366

(i) Em 2023 era vigente o contrato de compartilhamento de custos entre a EDF EN do Brasil Participações Ltda ("EDF EN Brasil") referente ao repasse das despesas necessárias para a gestão e administração da usina eólica. As despesas incluídas são as seguintes: serviços diretos e indiretos, despesas administrativas e despesas de deslocamento. Os valores em aberto eram referentes às despesas de rateio da EDF EN Brasil cuja liquidação ocorreu no exercício de 2024.

Dividendos a receber

	Controladora		
	2023	2022	
Parque Eólico Serra do Seridó XII S/A	14.086		
	14.086		

22.4 Empréstimos a receber – partes relacionadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2023 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



	Controladora		
	2023	2022	
Parque Eólico Serra do Seridó X S/A	22.111.964	-	
Parque Eólico Serra do Seridó XI S/A	22.590.060	-	
Parque Eólico Serra do Seridó XII S/A	21.806.471	-	
Parque Eólico Serra do Seridó XIV S/A	12.303.201	-	
Parque Eólico Serra do Seridó XVI S/A	13.647.187	-	
Parque Eólico Serra do Seridó XVII S/A	16.264.833	-	
	108.723.716	-	

Apresentamos abaixo a movimentação dos empréstimos concedido pela controladora às partes relacionadas:

	Seridó X	Seridó XI	Seridó XII	Seridó XIV	Seridó XVI	Seridó XVII	TOTAL
Saldo em 31/12/2022	-	-	-	-	-	-	-
(+) Aquisição de principal	32.611.963	58.090.060	48.306.471	42.803.202	45.147.187	32.764.833	259.723.716
(-) Amortização principal	(10.500.000)	(35.500.000)	(26.500.000)	(30.500.000)	(31.500.000)	(16.500.000)	(151.000.000)
Saldo em 31/12/2023	22.111.963	22.590.060	21.806.471	12.303.202	13.647.187	16.264.833	108.723.716

22.5 Empréstimos a pagar – partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	116.204.714	-	149.164.531	-
EDF EN FUNDING	-	-	609.013.163	-
	116.204.714		758.177.694	-

Apresentamos abaixo a movimentação dos empréstimos concedido pela controladora às partes relacionadas:

<u>Controlador</u>	a	Consolidado		
Saldo em 31/12/2022	-	Saldo em 31/12/2022	-	
(+) Aquisição principal	266.704.714	(+) Aquisição principal	1.060.122.725	
(+) Juros capitalizado	-	(+) Juros capitalizado	9.788.339	
(-) Amortização principal	(150.500.000)	(-) Amortização principal	(304.985.401)	
(-) Amortização juros	-	(-) Amortização juros	(6.747.969)	
Saldo em 31/12/2023	116.204.714	Saldo em 31/12/2023	758.177.694	

22.6 Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante os exercícios de 2023 e 2022 a remuneração da Administração da Companhia foi realizada diretamente pela Controladora do grupo, EDF EN Participações Ltda. Assim sendo, não houve remuneração do pessoal chave da Administração nestes períodos.

23 Empréstimos e financiamentos

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



a) BNB:

Em 31 de outubro de 2023, as Companhias controladas, Seridó XI, Seridó XII e Seridó XIV firmaram contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$ 329.998.623,01, dos quais R\$ 299.998.623,01 foram obtidos mediante linha de crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e R\$ 30.000.000,00 da linha de crédito fornecida pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

Até 31 de dezembro de 2023 não houve liberação de parcela referente ao financiamento.

O objetivo desta captação foi para implantação (construção) do parque eólico.

Para a linha de crédito do FNE sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 4,37% a.a., com exigibilidade mensal, após o término do período de carência, em 15 de dezembro de 2024. O valor do principal será amortizado em 252 prestações mensais.

Para a linha de crédito AFD sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 11% a.a., com exigibilidade semestral, a partir de 15 de abril de 2024. O valor do principal será amortizado em 20 prestações semestrais, iniciando o pagamento do principal em 15 de abril de 2025.

Garantias

O empréstimo conta com fianças bancárias emitidas pelo banco BNP.

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme categorias abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2023 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativos		<u> </u>		
Mensurados pelo custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	39	563.161	548.033	1.528.077
Contas a receber	-	-	7.864.259	-
Contas a receber de partes relacionadas	5.004.715	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	112.899	112.647	1.627.659	112.647
Despesas antecipadas	-	-	3.977.956	-
Empréstimos a partes relacionadas	108.723.716	-	-	-
Valor justo por meio do resultado: Títulos e valores mobiliários	827.303	-	46.346.853	1.877.077
Passivos				
Mensurados pelo custo amortizado:				
Contas a pagar	33.858	30.228	25.206.809	3.509.494
Contas a pagar a partes relacionadas	400	400	14.899.125	5.891.366
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	9.099.279
Empréstimos com partes relacionadas	116.204.714	-	758.177.694	-
Passivo de arrendamento	-	-	509.950	-

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Títulos e valores mobiliários Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI Certificado de Depósito Interbancário (Nota 5).
- Caixa e bancos, contas a receber e contas a receber partes relacionadas, contas a pagar e
 contas a pagar partes relacionadas, dividendos a receber e a pagar, depósitos judiciais e
 adiantamentos a fornecedores e de clientes Decorrem diretamente das operações da
 Companhia sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor
 original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O
 valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação
 destas operações.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Companhia, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

24.1 Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras,

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras estavam assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativos				
Mensurados pelo custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	39	563.161	548.033	1.528.077
Contas a receber	-	-	7.864.259	-
Contas a receber - partes relacionadas	5.004.715	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	112.899	112.647	1.627.659	112.647
Despesas antecipadas	-	-	3.977.956	-
Empréstimos - partes relacionadas	108.723.716	-	-	-
Valor justo por meio do resultado: Títulos e valores mobiliários	827.303	_	46.346.853	1.877.077

A Administração avaliou, segundo sua política de PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa) e, com base no CPC 48, conclui que não há risco de crédito, permanecendo apenas o contas a receber em aberto.

24.2 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia tem seu passivo substancialmente indexado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e no mercado inflacionário com a correção dada pelo mesmo índice, motivo pelo qual apresentamos análise de sensibilidade da exposição no item (24.5) desta nota.

24.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Companhia efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros, com liquidez diária, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates. de acordo com as necessidades programadas da Companhia.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	Controladora			
	202	23	202	22
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar	33.858	-	30.228	-
Contas a pagar - partes relacionadas	400	-	400	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2023 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



Empréstimos com partes relacionadas	-	116.204.714	-	-
	34.258	116.204.714	30.628	
		Consol	idado	
-	20	23	202	22
-	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar	25.206.809	-	3.509.494	-
Contas a pagar - partes relacionadas	14.899.125	-	5.891.366	-
Empréstimos com partes relacionadas	-	758.177.694	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	9.099.279
Passivo de arrendamento	258.446	6.978.042	-	-
_	40.364.380	765.155.736	9.400.860	9.099.279

24.4 Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

24.5 Gestão de capital

A Companhia obtém recursos através do aporte de seus acionistas. O projeto pode contar ainda com a emissão de debêntures para compor seu portfólio de financiamento e fazer frente ao seu capital de giro e compromissos financeiros assumidos.

Análise de sensibilidade

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2023, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base no IPCA médio para 2024 publicado pelo sistema de expectativas do Banco Central em 30 de dezembro de 2023, cuja valor definido foi de 3,90% a.a., sendo esta definida como cenário provável; a partir desta foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto).

Abaixo, o resultado:

	Saldo em		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Operação	31/12/2023	Risco	(Provável)	(Possível)	(Remoto)
Passivos financeiros	·			·	
EDF EN FUNDING	609.013.163	IPCA	38.499.013	48.061.267	57.673.520

25 Compromissos assumidos

25.1 Compromissos com fornecedores

A Companhia possui contratos assinados para fornecimento de equipamentos para o ano de 2024, celebrados substancialmente em reais, cujos valores estão distribuídos da seguinte forma:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2023

(em reais, exceto se indicado de outra forma)



	2024
WTG – Fornecimento de turbinas	63.225.373
Electrical – Serviços de instalação e	
montagem elétrica	15.215.000
Civil – Serviços de Construção	21.191.361
	99 631 734

25.2 Contratos de venda de energia elétrica

A Companhia está comprometida com venda de energia conforme contratos celebrados, demonstrado abaixo:

	Seridó X	X	Seridó 2	XI
	2024	2025-2037	2024	2025-2037
Volume [MWh]	44.382	1.039.525	222.379	2.435.437
ACL Preço [R\$/MWh]	213	208	189	192
Total [R\$]	9.475.361	216.499.605	42.040.546	468.671.108
	Seridó X	II ===================================	Seridó X	IIV
	2024	2025-2037	2024	2025-2037
Volume [MWh]	104.563	1.386.034	181.099	2.665.668
ACL Preço [R\$/MWh]	198	208	187	193
Total [R\$]	20.663.796	288.666.141	33.856.919	515.047.090
	Seridó XV	VΙ	Seridó X	VII
	2024	2025-2037	2024	2025-2037
Volume [MWh]	60.260	1.386.034	44.677	1.039.525
ACL Preço [R\$/MWh]	213	208	213	208
Total [R\$]	12.865.257	288.666.141	9.538.462	216.499.605

26 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro Riscos Nomeados e Operacionais

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 3.208.530.354 tendo como vigência o período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023. Por oportunidade e necessidade, e com a mesma cobertura e vigência, o seguro foi renovado para o período 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

Coberturas	<u>Importancias seguradas</u>
Lucro cessantes e danos materiais	R\$ 3.208.530.354

Seguro Responsabilidade Civil Geral

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023



(em reais, exceto se indicado de outra forma)

global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 94.179.245 tendo como vigência o período de 30 de junho de 2023 a 30 de junho de 2024.

Coberturas Importâncias seguradas

Empregador, Companhia concessionária ou não de serviços públicos - energia, responsabilidade civil Cruzada, poluição súbita e acidental

R\$ 94.179.245

27 Eventos subsequentes

Em 17 de janeiro de 2024 a controlada Parque Eólico Serra do Seridó XII através do despacho ANEEL nº 113/2024, recebeu a liberação para início de operação de suas últimas unidades geradoras, passando a estar 100% em operação comercial.

Em 2024 ocorreram desembolsos de financiamento nas controladas conforme tabela abaixo:

	Linha de		
Empresa	crédito	Data de desembolso	Valor (R\$)
Parque Eólico Serra do Seridó XII	AFD	09/02/2024	10.500.000,00
Parque Eólico Serra do Seridó XII	FNE	09/02/2024	54.500.000,00
Parque Eólico Serra do Seridó XIV	FNE	11/03/2024	70.000.000,00
Parque Eólico Serra do Seridó XI	AFD	17/04/2024	19.500.000,00
Parque Eólico Serra do Seridó XI	FNE	17/04/2024	45.500.000,00
Т	OTAL		200.000.000,00

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 793C636138F247DA87B766881826802A

Assunto: Complete with DocuSign: DF e relatório do auditor Serra do Seridó F2 Holding.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS) Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 45 Certificar páginas: 2

Assinatura quiada: Ativado

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:

Maria Moreira

Local: DocuSign

Local: DocuSign

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

São Paulo, São Paulo 04538-132 maria.moreira@pwc.com

Endereço IP: 54.94.237.112

Rastreamento de registros

Status: Original

03 de maio de 2024 | 18:24

Status: Original

03 de maio de 2024 | 18:31

Portador: Maria Moreira

Assinaturas: 1

Rubrica: 0

maria.moreira@pwc.com

John M Rocke

Usando endereço IP: 134.238.159.50

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

Assinatura

DocuSigned by:

AA780542972D492...

Registro de hora e data

Enviado: 03 de maio de 2024 | 18:26 Visualizado: 03 de maio de 2024 | 18:27 Assinado: 03 de maio de 2024 | 18:31

Enviado: 03 de maio de 2024 | 18:26

Visualizado: 03 de maio de 2024 | 18:38

Eventos do signatário

Patricio Marques Roche patricio.roche@pwc.com

Sócio PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta

(Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

CPF do signatário: 99300540734 Cargo do Signatário: Partner

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através do DocuSign

Eventos do signatário presencial

Assinatura Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor **Status** Registro de hora e data

Evento de entrega do agente **Status** Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários **Status** Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados Registro de hora e data **Status**

Eventos de cópia **Status** Registro de hora e data

Copiado

bruno.monteiro@pwc.com

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta

(Nenhuma)

Bruno Monteiro

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através do DocuSign

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Maria Moreira	Copiado	Enviado: 03 de maio de 2024 18:31
maria.moreira@pwc.com	oop.uuo	Visualizado: 03 de maio de 2024 18:31
Manager		Assinado: 03 de maio de 2024 18:31
PwC BR		
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)		
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através do DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	03 de maio de 2024 18:26
Entrega certificada	Segurança verificada	03 de maio de 2024 18:27
Assinatura concluída	Segurança verificada	03 de maio de 2024 18:31
Concluído	Segurança verificada	03 de maio de 2024 18:31